

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE MEDICINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM NUTRIÇÃO**

PAULA KOEHLER TOMBINI

**DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO AMBIENTE
ESCOLAR: PERSPECTIVA DE NUTRICIONISTAS E EDUCADORES**

Porto Alegre

2021

PAULA KOEHLER TOMBINI

**DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO AMBIENTE
ESCOLAR: PERSPECTIVA DE NUTRICIONISTAS E EDUCADORES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Comissão de Graduação do curso de Nutrição
da Universidade Federal do Rio Grande do Sul,
como requisito parcial e obrigatório para
obtenção do título de Bacharel em Nutrição.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Luciana Dias de Oliveira

Coorientadora: Nutricionista MSc Marilene
Cassel Bueno

Porto Alegre

2021

CIP - Catalogação na Publicação

Tombini, Paula Koehler
Desafios da Educação Alimentar e Nutricional no
Ambiente Escolar: Perspectiva de Nutricionistas e
Educadores / Paula Koehler Tombini. -- 2021.
50 f.
Orientadora: Luciana Dias de Oliveira.

Coorientadora: Marilene Cassel Bueno.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Medicina, Curso de Nutrição, Porto Alegre, BR-RS,
2021.

1. Educação alimentar e nutricional. 2. Ambiente
escolar. I. de Oliveira, Luciana Dias, orient. II.
Bueno, Marilene Cassel, coorient. III. Título.

PAULA KOEHLER TOMBINI

**DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO AMBIENTE
ESCOLAR: PERSPECTIVA DE NUTRICIONISTAS E EDUCADORES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Comissão de Graduação do curso de Nutrição da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Bacharel em Nutrição.

Aprovado em Porto Alegre, _____ 2021.

BANCA EXAMINADORA

Professora Doutora Eliziane Nicolodi Francescato Ruiz
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Doutora Ana Luiza Sander Scarparo
Universidade Federal de Pelotas

Professora Doutora Luciana Dias de Oliveira — Orientadora
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que fizeram parte, direta ou indiretamente, da minha graduação: a meus colegas e professores que me acompanham desde o início da jornada acadêmica; em especial, às minhas amigas, que me auxiliam e acompanham desde a época do colégio, e às amigas que fiz durante os dois anos de estudos na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

Agradeço, também, à minha mãe, por ser tão compreensiva, sempre me motivar e elogiar, e ao meu pai, por toda a ajuda e o suporte necessários nesta reta final da graduação e em todas as fases da vida. Sem vocês, eu não teria alcançado este sonho. Às minhas avós, que se fizeram presentes durante toda minha vida e sempre ocuparam um espaço muito importante na minha formação, obrigada.

Agradeço a todos os professores maravilhosos, extremamente competentes e humanos, com quem tive a honra de construir conhecimentos na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Agradeço à minha coorientadora, Mestra Marilene Cassel Bueno, por ter sido incansável e por me ajudar nesse processo, e à minha orientadora, Professora Doutora Luciana Dias de Oliveira, por ter aceitado orientar meu trabalho e ter me acolhido tão bem neste momento.

Agradeço, por fim, a alguns profissionais que marcaram meu último ano da graduação: obrigada à nutricionista Vânia Frantz, com quem tive a honra de realizar meu estágio em saúde coletiva. Não existem palavras para mensurar todos os aprendizados; acompanhar uma profissional tão humana, engajada, responsável e informada foi uma experiência única em minha vida pessoal e, sobretudo, para iniciar a vida profissional. Obrigada, também, à minha mentora Suzana, por todas as conversas e reflexões sempre inspiradoras, com muito autoconhecimento e preparação para as próximas etapas da minha vida profissional.

RESUMO

A Educação Alimentar e Nutricional (EAN) está fundamentada nos princípios da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e representa uma estratégia para promoção da saúde no ambiente escolar. Objetiva-se analisar os desafios do cotidiano de nutricionistas e educadores em escolas públicas brasileiras. Trata-se de estudo qualitativo realizado a partir de respostas de nutricionistas e profissionais de educação participantes do curso *Planejamento de ações de Educação Alimentar e Nutricional no Ambiente Escolar*, ofertado pelo Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar (CECANE), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a um fórum sobre desafios para aplicação da EAN em escolas. Os dados, referentes a três edições do curso (2018 a 2020), foram analisados seguindo três etapas: pré-análise, exploração do material e interpretação dos depoimentos. As principais dificuldades se concentraram na atuação de nutricionistas. Especificamente, envolveram carga-horária inconsistente com as atividades programadas, número insatisfatório de profissionais em relação ao preconizado pela legislação, demanda extensa e dificuldade de atuação junto aos educadores. Ainda, observaram-se falta de apoio da gestão e de comprometimento dos gestores, falta de recursos humanos e financeiros e problemas relacionados à logística. Por fim, foram encontradas adversidades relacionadas ao ambiente alimentar e familiar, além de impactos socioculturais. As dificuldades demonstram a necessidade de maior controle das legislações, para que os aspectos estabelecidos sejam a realidade das Entidades Executoras. Por fim, é fundamental o diálogo entre os envolvidos nas ações de EAN no ambiente escolar: nutricionistas, educadores e gestores.

Palavras-chaves: EAN. Ambiente escolar. Educação a distância.

ABSTRACT

Food and Nutrition Education (FNE) occurs under the principles of Food and Nutrition Security and the Human Right to Adequate Food and acts as a strategy for health promotion. The school environment is conducive to carrying out FNE actions. To analyze the challenges found in the daily lives of nutritionists and educators working in public schools in Brazilian municipalities. Methods: Qualitative study based on the responses of nutritionists and education professionals participating in the course Planning actions on Food and Nutrition Education in the school environment, offered by the Collaborative Center on School Food and Nutrition at the Federal University of Rio Grande do Sul. The responses of a forum on the challenges for carrying out Food and Nutrition Education in the school environment of participants in three editions of the course (2018–2020) were analyzed. Data were analyzed following three steps. The analysis techniques performed were firstly the pre-analysis, then the exploration of the material, and finally the interpretation of the statements. The results showed that the main difficulties found were concerning the performance of nutritionists, more specifically about the workload inconsistent with all scheduled activities, the unsatisfactory number of nutritionists in relation to what is recommended by legislation, the extensive work demand, and the difficulty in working with educators. Also, the difficulty regarding the lack of support from the management that addressed the commitment of managers to FNE, the lack of human and financial resources, and obstacles related to logistics. Finally, the adversities related to the food environment, which includes eating habits, family environment, socioeconomic conditions, and their impacts and sociocultural aspects that include culture, media, and their influences. The difficulties reported demonstrate the need for greater control of the Program's legislation so that what is recommended by law is in accordance with the reality of the Executing Entities. Finally, there is a need for dialogue between all those involved in FNE actions in the school environment: nutritionists, educators, and managers. The three axes must be in agreement, with the awareness of the difficulties and the needs, to fully realize the FNE.

Keywords: Food and nutrition education. School environment. Distance learning.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO..... | 7 |
| 2 REVISÃO DA LITERATURA | 9 |
| 2.1 O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR..... | 9 |
| 2.2 EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL | 12 |
| 2.3 PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO AMBIENTE ESCOLAR..... | 15 |
| 2.4 AÇÕES DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL E O CURSO DE CAPACITAÇÃO <i>PLANEJAMENTO DE AÇÕES DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO AMBIENTE ESCOLAR</i> | 17 |
| 3 JUSTIFICATIVA..... | 20 |
| 4 OBJETIVO..... | 21 |
| REFERÊNCIAS..... | 22 |
| ARTIGO..... | 26 |

1 INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é responsável pela garantia da alimentação escolar a todos os alunos matriculados na atenção básica das escolas públicas brasileiras, conforme descrito na Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. O PNAE é uma importante política de promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e tem como objetivos a formação de hábitos saudáveis, o aumento do desempenho escolar, o crescimento e o desenvolvimento dos alunos (BRASIL, 2009).

O PNAE apresenta como obrigatoriedade a inclusão do nutricionista como responsável técnico pela alimentação escolar, descrevendo suas funções. De acordo com a legislação, cabe a esse profissional fomentar ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) nesse ambiente. Em concordância, a Resolução nº 6, de 8 de maio de 2020, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), apresenta, no terceiro capítulo, os conceitos e princípios da EAN, enfatizando que suas ações devem ser planejadas, executadas e documentadas (BRASIL, 2020a).

Nesse sentido, em 2012, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) elaborou o *Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas*, cujo objetivo é a promoção de reflexões e práticas sobre a EAN, com a finalidade de aperfeiçoar suas ações, melhorando a qualidade de vida da população. O documento aborda os nove princípios para a realização de ações de EAN, a saber: a importância da sustentabilidade tanto no meio econômico quanto ambiental, o sistema alimentar em sua plenitude, o respeito e a valorização da cultura, a culinária como instrumento de autonomia alimentar, o autocuidado e a importância da educação, as diversidades de práticas, a intersetorialidade, bem como o planejamento, o monitoramento e a avaliação das ações (BRASIL, 2012, p. 24–29).

As ações de EAN ocorrem de maneira intersetorial e, no ambiente escolar, o tema foi incorporado nos currículos, gerando maior envolvimento da comunidade, diversidade de alimentos e ações práticas associando conhecimentos técnicos e populares (BRASIL, 2012). Assim, no caderno *Princípios e Práticas para Educação Alimentar e Nutricional*, verifica-se que, para a consolidação das ações de EAN, são fundamentais uma mudança cultural no sistema de organização dos serviços e o desenvolvimento de novas percepções que permitam a transição de saberes e diálogo entre os profissionais envolvidos. Ainda, o documento aponta a importância

de se proceder a uma revisão do processo de formação desses profissionais (BRASIL, 2018).

Em uma conjuntura como a atual, na qual as pessoas estão cada vez mais expostas a alimentos que vão de encontro ao preconizado pelo *Guia Alimentar para a População Brasileira*, que recomenda o consumo majoritário de alimentos minimamente processados e *in natura* (BRASIL, 2014), é primordial investir em capacitações e cursos voltados ao aperfeiçoamento da EAN, principalmente no ambiente escolar, que é um local estratégico para essas ações (MAGALHÃES; PORTE, 2019). Além disso, é necessário capacitar os profissionais envolvidos e diagnosticar os problemas existentes em seus cotidianos, para buscar meios de solucioná-los, melhorando a qualidade e constância das ações de EAN.

Tais aspectos demonstram a importância de identificar os desafios vivenciados pelos profissionais envolvidos na comunidade escolar e a necessidade de capacitá-los e instrumentalizá-los. Nesse sentido, o curso *Planejamento de Ações de Educação Alimentar e Nutricional no Ambiente Escolar*, ofertado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), apresenta como objetivo instruir os profissionais das áreas da educação e da nutrição atuantes no PNAE a realizarem ações de EAN transversais, transdisciplinares e permanentes como forma de incentivo à alimentação saudável.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

O PNAE, gerenciado pelo FNDE e vinculado ao Ministério da Educação (MEC), é um dos mais antigos programas que atua em defesa da SAN. A alimentação escolar é um direito de todos os alunos da educação básica pública, como estabelece o Artigo 3º da Lei nº 11.947/2009 (BRASIL, 2009). Esse programa está inserido nos 5.570 municípios brasileiros, atingindo mais de 40 milhões de estudantes em 150 mil escolas. A distribuição do recurso financeiro pelo FNDE tem como objetivo ser fonte de apoio a Estados, municípios e escolas federais, com caráter suplementar. O repasse ocorre em 10 parcelas, disponíveis para os duzentos dias letivos, e varia de acordo com o número de alunos matriculados (BRASIL, 2017a).

Desde que foi criado, o PNAE sofreu grandes mudanças e atualizações. Sua implementação ocorreu no início da década de 1940, quando o Instituto de Nutrição tinha como proposta a oferta da alimentação pelo Governo Federal aos estudantes escolares, o que acabou não se concretizando por falta de verbas (BRASIL, 2017b). Na década de 1950, foi então criado um Plano Nacional de Alimentação e Nutrição, nomeado Conjuntura Alimentar e o Problema da Nutrição no Brasil, que se constituiu no primeiro programa de merenda escolar com garantia pública (BRASIL, 2017b). Após alguns anos, em 1979, o programa passou à denominação atual — PNAE —, porém ainda era subordinado ao Ministério da Educação; já 1988 fica marcado por ser o ano em que é promulgada a Constituição Federal, quando a alimentação escolar passa a ser direito de todos os alunos do Ensino Fundamental.

Um ponto de grande importância do PNAE ocorreu em 1994, quando houve a descentralização dos recursos financeiros (BRASIL, 2017b). Antes disso, o órgão responsável do Governo elaborava os cardápios, adquiria os alimentos, controlava a qualidade e, ainda, era responsável pela distribuição para todo o território nacional. Em 1998, o FNDE passa a gerenciar o PNAE, consolidando o processo de descentralização, conforme Medida Provisória nº 1.784, de 14, de dezembro de 1998 (BRASIL, 1998).

Em 2006, as grandes conquistas do PNAE foram a obrigatoriedade da inserção do nutricionista como responsável técnico pela alimentação de escolares e a

colaboração entre FNDE e instituições federais de ensino superior, o que resultou na criação dos Centros Colaboradores de Alimentação e Nutrição Escolar (CECANES).

Em 2009, foi aprovada a Lei nº 11.947, que, entre seus objetivos, dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar. Um importante avanço dessa lei envolveu a alteração do processo de compras dos alimentos. Assim, o PNAE passou a garantir que 30% do valor repassado pelo FNDE fosse destinado para compra exclusiva de alimentos provenientes da agricultura familiar. Atualmente, o PNAE tem como objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo (BRASIL, 2009).

Para Machado *et al.* (2018), a compra de produtos da agricultura familiar é um incentivo para o desenvolvimento das comunidades. Ainda nessa perspectiva, o autor refere que o nutricionista desempenha importante papel como responsável técnico, principalmente para incentivar as compras de alimentos provenientes da agricultura familiar. Conforme Elias *et al.* (2019), ao analisar as compras provenientes diretamente da agricultura familiar em município de Santa Catarina, houve impacto positivo ao promover geração de empregos, aumento da remuneração do trabalho e ao proporcionar movimentação econômica.

Ainda, a obrigatoriedade de compra de alimentos advindos da agricultura familiar beneficia uma alimentação saudável à população, bem como valoriza práticas sustentáveis para o meio ambiente e colabora para o subsídio de pequenos produtores (BONDUKI; PALOTTI, 2021).

Segundo Führe e Triches (2017), além de beneficiar os estudantes, a compra de alimentos procedentes da agricultura familiar também tem impacto positivo nas famílias dos agricultores. Entre os benefícios apresentados em seu estudo, estão o incentivo à cultura alimentar local, garantia de renda, impacto positivo no desenvolvimento local e o respeito à biodiversidade e à sustentabilidade.

Atualmente, o PNAE beneficia milhões de estudantes (como prevê o Artigo 208, incisos IV e VII, da Constituição Federal), garantindo alimentação de qualidade e saudável a todos os alunos da educação básica (BRASIL, 1988). Desse modo, o contribui para o fortalecimento da SAN, que é garantida pela Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), que define a SAN como o direito de todos ao acesso a alimentos em quantidade e qualidade adequadas, sem

comprometer o acesso a outras necessidades essenciais (CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR, 2010). Além de respeitar a diversidade cultural e ser ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentável, a SAN está relacionada à garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Os objetivos da SAN são o incentivo à agricultura familiar, a conservação da biodiversidade, promoção de saúde, com ênfase nas populações em vulnerabilidade social, a garantia da qualidade dos alimentos em níveis sanitários e biológicos, o respeito às diversidades étnicas e culturais, a garantia de acesso à informação e a elaboração de políticas públicas (CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR, 2010).

Assim, o *Guia Alimentar para a População Brasileira*, publicado em 2014, recomenda aos governos sempre atualizarem suas diretrizes sobre alimentação e nutrição. Trata-se de um documento de caráter intersetorial cujo objetivo é melhorar os padrões de alimentação e nutrição da população e contribuir para a promoção da saúde (BRASIL, 2014). O *Guia Alimentar* integra a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), pois atua como estratégia na promoção de alimentação adequada e saudável, estando fortemente relacionada ao DHAA. No documento, citam-se cinco princípios para a alimentação saudável e adequada, a saber: alimentação é mais do que ingestão de nutrientes; recomendações sobre alimentação devem estar em sintonia com seu tempo; alimentação adequada e saudável deriva de sistema alimentar social e ambientalmente sustentável; diferentes saberes geram conhecimento para a formulação de guias alimentares; guias alimentares ampliam a autonomia nas escolhas alimentares (BRASIL, 2014). Além disso, em razão de sua característica intersetorial, o *Guia Alimentar* pode ser aplicado em diferentes ambientes, como nos próprios lares, em unidades de saúde e nas escolas (BRASIL, 2014). Seu emprego em ambientes escolares reforça o grande papel de EAN exercido pelo documento.

Neste contexto, a Lei nº 11.947/2009 (BRASIL, 2009) e a Resolução nº 6/2020 do FNDE (BRASIL, 2020a) garantem a execuções de ações de EAN nos currículos das escolas da atenção básica pública, sendo um dever do Estado promover e incentivá-las conforme descrito nas legislações.

Assim, Resolução FNDE nº 6/2020 considera que:

[...] o papel a ser desempenhado por ações educativas que perpassem pelo currículo escolar abordando o tema alimentação e nutrição no processo de ensino e aprendizagem, na perspectiva da promoção de práticas saudáveis

de vida e da segurança alimentar e nutricional, em atendimento à inclusão da educação alimentar e nutricional como tema transversal do currículo escolar na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, pela Lei nº 13.666/ 2018, e em consonância com o Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas.” (BRASIL, 2020a).

Ainda, a Resolução nº 6/2020 estabelece as diretrizes para elaboração dos cardápios da alimentação escolar. Aponta-se a obrigatoriedade inerente ao responsável técnico do PNAE de elaborar o cardápio, utilizando como base alimentos *in natura* ou minimamente processados, respeitando a cultura, seguindo princípios de sustentabilidade, sazonalidade e diversidade agrícola da região, com o intuito de promover a alimentação saudável. Na Resolução nº 6/2020, também constam dados quantitativos sobre refeições, calorias, macronutrientes, frutas e hortaliças de acordo com a modalidade estudantil, período diário de permanência nas escolas e creches, assim como a faixa etária dos estudantes. Ainda, é necessário que a entidade executora aplique testes de aceitabilidade dos cardápios pelos estudantes (BRASIL, 2020a)

Considerando-se que os cardápios além de terem importância técnica, também são importantes quando trabalhamos com a EAN, visto que a alimentação dos estudantes em seus cotidianos no ambiente escolar atua como uma ação de Educação Alimentar e Nutricional, temática que será abordada no tópico seguinte.

2.2 EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL

A EAN é o campo do conhecimento e de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional que visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para assegurar o DHAA (BRASIL, 2018). Seus principais objetivos são incentivar a promoção à alimentação adequada para prevenir doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs) e deficiências nutricionais (REDE BRASILEIRA DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO DO ESCOLAR, 2019).

Atualmente, a EAN ganhou espaço e está inserida em políticas públicas que sustentam a SAN. No entanto, como descreve o *Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para Políticas Públicas*, de 2012, entre os anos 1940 e 1970, a EAN estava desacreditada (BRASIL, 2012). Na década de 1930, quando se iniciava no Brasil a criação das primeiras leis trabalhistas e estratégias de alimentação como

as cestas-básicas, as ações de EAN eram destinadas a famílias de menor renda. O objetivo da época atualmente é visto como preconceituoso, por não se importar com a cultura da população em destaque, já que apenas visava inserir alimentos não habitualmente consumidos.

Nas décadas de 1970 e 1980, o Brasil foi marcado pelo avanço do cultivo de soja, o que ocasionou um excedente de produção e voltou as ações de EAN à utilização do excesso de soja produzida. Assim, visando o interesse econômico, a soja foi implementada na então merenda escolar, apenas com o precedente de suas características nutricionais, porém deixou de valorizar a cultura e os aspectos sensoriais (BRASIL, 2012). Foi no início de 1990 que o tema voltou a ser destaque, em razão aumento do número de pesquisas comprovando a relação entre hábitos alimentares e DCNTs.

Ao final de 1990 e início dos anos 2000, a EAN passou a integrar congressos e ser estudada com novos focos de atuação. Criou-se o Programa Fome Zero (PFZ), cujos princípios abrangiam a transversalidade e a intersetorialidade de ações, aspectos em concordância com os preceitos dos pilares da SAN (BRASIL, 2010). Em 2001, inicialmente com a proposta do Instituto de Cidadania, o PFZ incluiu no currículo escolar do Ensino fundamental campanhas publicitárias e palestras sobre educação alimentar e educação para consumo. Após dois anos, a EAN ganhou espaço, com um notável crescente de ações realizadas na iniciativa pública, em restaurantes populares, bancos de alimentos, na atenção básica, PNAE e Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) (BRASIL, 2012).

Segundo a PNAN, publicada em 2012, a EAN é uma das estratégias atuantes no Promoção da Alimentação Adequada e Saudável (PAAS). Seu objetivo é colaborar no

processo de diálogo entre profissionais de saúde e a população, de fundamental importância para o exercício da autonomia e do autocuidado. Isso pressupõe, sobretudo, trabalhar com práticas referenciadas na realidade local, problematizadoras e construtivistas, considerando-se os contrastes e as desigualdades sociais que interferem no direito universal à alimentação. (BRASIL, 2021a).

Outrossim, no documento da PNAN, a EAN é citada transversalmente em todas as diretrizes, demonstrando sua importância e intersetorialidade. A intersetorialidade no campo da EAN ocorre quando diferentes setores governamentais trabalham em conjunto pela garantia da alimentação adequada e

saudável às crianças. As ações intersetoriais são resultado de trocas construtivas de saberes, linguagens e práticas dos diversos setores envolvidos (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2017).

A PNAN apresenta como pressupostos

a Alimentação como elemento de humanização das práticas de saúde; [...] o respeito à diversidade e à cultura alimentar; [...] o fortalecimento da autonomia dos indivíduos; [...] a determinação social e a natureza interdisciplinar e intersetorial da alimentação e nutrição; [...] a segurança alimentar e nutricional com soberania. (BRASIL, 2013).

Reforçando esse ponto, Baggio *et al.* (2021) concluíram que há necessidade de que ações de EAN sejam realizadas envolvendo as crianças e seus familiares, em conjunto com profissionais da saúde e educação, para reforçar o combate à obesidade infantil e promover mudanças de hábitos de vida.

Conforme referido no *Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para Políticas Públicas*, a EAN, em sua atuação no contexto de política pública, molda-se e se justifica dentro das diretrizes de cada área. Assim, suas ações estão divididas em nove princípios, quais sejam:

I Sustentabilidade social, ambiental e econômica; II Abordagem do sistema alimentar, na sua integralidade; III Valorização da cultura alimentar local e respeito à diversidade de opiniões e perspectivas, considerando a legitimidade dos saberes de diferentes naturezas; IV A comida e o alimento como referências; valorização da culinária como prática emancipatória; V A promoção do autocuidado e da autonomia; VI A educação como processo permanente e gerador de autonomia e participação ativa e informada dos sujeitos; VII A diversidade nos cenários de prática; VIII Intersetorialidade; IX Planejamento, avaliação e monitoramento das ações. (BRASIL, 2021b).

Sob o mesmo ponto de vista, o *Guia Alimentar para a População Brasileira* traz a EAN como instrumento de autonomia à população, com o objetivo de fortalecer a independência e a liberdade de fazer escolhas e transformar realidades (BRASIL, 2014). Além disso, o documento aponta a importância da execução da EAN por diversos setores da sociedade, como saúde, educação, desenvolvimento social, desenvolvimento agrário e habitação. Apresenta, também, o objetivo que proporcionou sua criação: servir como um facilitador da compreensão do conceito, das características e dos determinantes que englobam a alimentação saudável, atuando como promotor de autonomia para pessoas, famílias e comunidades fazerem melhores escolhas de vida, contribuindo com a segurança alimentar e o DHAA.

Dessa forma, pode-se compreender que a EAN é uma estratégia importante e necessária para a melhoria da qualidade de vida de todos os cidadãos. O ambiente escolar se torna propício para o desenvolvimento dessas ações, pois é nele que os estudantes são ensinados a ter um olhar crítico. Além disso, a escola atua na fase de formação de hábitos, e os professores são vistos como modelos de referência. Esses fatores contribuem para a que a EAN assuma papel primordial nas escolas e impacte positivamente todos os anos de vida dos estudantes.

2.3 PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO AMBIENTE ESCOLAR

Como abordado, a EAN pode ser desenvolvida em diversos setores; entre eles, o ambiente escolar. Conforme previsto na Lei nº 11.947/2009, a EAN está garantida na legislação, por isso é necessária a abordagem das temáticas sobre alimentação e nutrição e vida saudável na perspectiva da SAN durante o processo de ensino das escolas (BRASIL, 2009).

Conforme a Resolução do Conselho Federal de Nutricionistas (CFN) nº 465, de 23 de agosto de 2010, Artigo 3º, uma das atividades obrigatórias do nutricionista vinculado ao PNAE é propor e executar ações de EAN para a comunidade escolar, inclusive promovendo a consciência ecológica e ambiental, articulando-se com a direção e com a coordenação pedagógica da escola para o planejamento de atividades com o conteúdo de alimentação e nutrição (CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS, 2010). O papel do nutricionista responsável técnico é “[...] assumir as atividades de planejamento, coordenação, direção, supervisão e avaliação de todas as ações de alimentação e nutrição no âmbito da alimentação escolar.” (BRASIL, 2017c).

Além disso, o *Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas* indica a inserção de três principais agentes na aplicação da EAN: profissionais da área da saúde, profissionais da comunidade escolar e profissionais da área de desenvolvimento social (BRASIL, 2012). Nesse contexto, segundo a Resolução CFN nº 465/2010, a comunidade escolar é o conjunto de pessoas envolvidas diretamente no processo educativo de uma escola, composto por docentes, discentes, outros profissionais da escola, pais ou responsáveis pelos alunos e pela comunidade local. O documento também aponta avanços na

incorporação da temática de alimentação nos currículos e formação de educadores, além de maior envolvimento da comunidade, aumento da diversidade de alimentos e ações de EAN, proporcionando a aproximação dos meios e saberes técnicos e populares. (BRASIL, 2012).

De acordo com o caderno *Princípios e Práticas para Educação Alimentar e Nutricional* (BRASIL, 2018, p. 23) “[...] é importante que as práticas em EAN possibilitem aos sujeitos envolvidos no processo a oportunidade de serem agentes de suas próprias escolhas.”. Nesse contexto, segundo Silva *et al.* (2018), apesar de o nutricionista estar presente nas ações de EAN, os métodos utilizados ainda são incompatíveis com as necessidades para a construção desse conhecimento. No mesmo ponto de vista, Ramos, Santos e Reis (2013) afirmam que existe a necessidade de aperfeiçoamento dos métodos utilizados para se empregar a EAN, visto que o processo educativo é complexo e subjetivo, permeado de histórias de vida e crenças relacionadas à cultura alimentar local.

Conforme o *Guia Alimentar para Crianças Brasileiras Menores de 2 Anos*, os primeiros anos de vida da criança são fundamentais para a formação de hábitos saudáveis e manutenção da saúde. Além disso, a alimentação assume papel essencial na garantia do crescimento e desenvolvimento infantil (BRASIL, 2019). Para Baggio *et al.* (2021), os principais fatores envolvidos na obesidade infantil são a alimentação com excesso de calorias, porém com baixo valor nutricional, e um estilo de vida sedentário tanto em casa e quanto na escola. Nesse contexto, o *Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas* também aponta como desafios “[...] a dificuldade de ampliar, monitorar e difundir as ações de EAN no ambiente escolar; a escassez de materiais orientativos institucionais e a ausência de uma agenda intersetorial comum.” (BRASIL, 2012, p. 39).

Ainda, o estudo *Percepção dos nutricionistas do Programa Nacional de Alimentação Escolar sobre educação alimentar e nutricional* apontou que a formação dos profissionais participantes tem grande importância para aplicação da EAN no ambiente escolar. Dessa forma, é primordial a implementação de cursos e capacitações sobre EAN, com enfoque na integralização de equipes e planejamento de estratégias para que todos os envolvidos ampliem o olhar crítico do processo (SANTOS; CARVALHO, 2021).

Em seu estudo, Magalhães e Porte (2019) apontam que é importante instruir os educadores sobre a perspectiva humana de ensino da EAN, valorizando os

aspectos sociais, culturais, ambientais e psicológicos que englobam o ato alimentar, visto que os aspectos biológicos já parecem ser abordados nas escolas. Logo, a conscientização dos educadores é essencial, pois eles são os principais interlocutores para a formação de hábitos alimentares saudáveis nesses ambientes. Assim, a EAN pode ser trabalhada de maneira interdisciplinar ao longo do calendário escolar.

2.4 AÇÕES DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL E O CURSO DE CAPACITAÇÃO *PLANEJAMENTO DE AÇÕES DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO AMBIENTE ESCOLAR*

Para um adequado planejamento das ações de EAN no ambiente escolar, é, segundo o documento *Princípios e Práticas para Educação Alimentar e Nutricional*, (BRASIL, 2018, p. 39) “[...] essencial pensar nas pessoas, nas problemáticas, nos processos e no que se espera alcançar com o resultado das ações.”. São abordadas algumas questões-chave para o bom planejamento dessas ações, como identificação de problemáticas, definição de prioridades, identificação do público e dos parceiros, do local da prática, das intenções existentes com as práticas, definição de periodicidade, método de avaliação e escolha das metodologias (BRASIL, 2018).

Conforme citado por Contento (2011)¹ (*apud* Scarparo, 2017, p. 64), “[...] a EAN é considerada a associação de diferentes estratégias educativas, planejadas considerando o contexto de vida e a demanda do público-alvo [...]”. Segundo o *Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas* (BRASIL, 2012), um dos seis princípios para realização das ações de EAN é o “planejamento, avaliação e monitoramento das ações”. Este tópico aborda o planejamento como um processo para diagnóstico, identificando as prioridades e os objetivos, elaborando um plano de trabalho, organizando recursos e prevendo custos. O documento relata também a necessidade de o processo de planejamento ser participativo, com envolvimento dos indivíduos e grupos, que devem estar legitimamente inseridos nos processos decisórios (BRASIL, 2012).

Conforme Scarparo *et al.* 2017, o ambiente escolar se mostra um local favorável para o desenvolvimento de ações de EAN, e a temática alimentação

¹ CONTENTO, I. R. Nutrition education: linking theory, research and practice. 2. ed. Burlington: Jones & Bartlett Publishers, 2011.

saudável requer mais engajamento, a fim de melhorar a alimentação dos estudantes e construir saberes sobre o tema.

Sobre a definição de métodos para aplicar a EAN, o documento *Princípios e Práticas para Educação Alimentar e Nutricional* apresenta aprofundamentos e aborda algumas estratégias, como a utilização de recursos e meios participativos, problematizadores, lúdicos e colaborativos. No planejamento de ações, são expostas ações práticas, com o uso de alimentos em forma de desenhos e moldes ou *in natura*; ainda, podem ser utilizados filmes, músicas, poesias, cartilhas, revistas; aplicadas brincadeiras com fantoches e jogos, usando materiais reutilizados ou sucatas, assim como podem ser confeccionados de cartazes e murais (BRASIL, 2018).

A partir da perspectiva sobre a importância do planejamento das ações de EAN para o sucesso das atividades e impacto nos estudantes e nas comunidades, foi desenvolvido o curso de capacitação de *Planejamento de Ações de Educação Alimentar e Nutricional no Ambiente Escolar*, cuja primeira edição ocorreu em 2017 e contou com 240 participantes da área de nutrição e de educação. O curso é realizado no formato educação a distância (EaD), por meio do *software* Modular Object Oriented Learning Environment (Moodle), ferramenta empregada para gestão da aprendizagem e do trabalho colaborativo, que foi selecionada por ser utilizada e disponibilizada pela UFRGS. Em 2018, o curso ofertou 240 vagas para cursistas de 120 Entidades Executoras (EEx) brasileiras; em 2019, foram oferecidas 220 vagas para cursistas, correspondendo a 110 EEx; em 2020 foram ofertadas 100 vagas para EEx, que corresponde a 200 cursistas — metade para profissionais de nutrição e a outra parte para profissionais da educação em todas as edições.

O curso tem como objetivo “instrumentalizar profissionais atuantes no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), tanto da área de Nutrição como de Educação, para o planejamento e o desenvolvimento de ações transversais, transdisciplinares e permanentes de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) na comunidade escolar em que atuam” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2017). Atualmente, são ofertadas 60 horas, divididas em 8 módulos de atividades teóricas e práticas e discutidos embasamentos teóricos e práticos para que sejam realizadas as ações de EAN no ambiente escolar, por profissionais atuantes no PNAE.

Durante as aulas, os cursistas trabalham em duplas: um nutricionista e um educador, obrigatoriamente. Ao finalizar os estudos, espera-se que a dupla tenha

realizado um programa completo de EAN para seu município/Estado. Os conteúdos abordados nos módulos do curso estão previstos no Quadro 1.

Quadro 1 – Conteúdos previstos e carga horária no curso *Planejamento de Ações de Educação Alimentar e Nutricional no Ambiente Escolar*

| Módulos Previstos | Carga Horária (estimada) |
|--|---------------------------------|
| MÓDULO I — APRESENTAÇÃO E INSTRUMENTALIZAÇÃO Apresentação do curso e das ferramentas digitais e introdução ao debate da alimentação saudável | 3 horas |
| MÓDULO II - INTRODUTÓRIO DHAA, SAN, PNAN, PNAE E AS; Dimensões do alimento e do ato de alimentar-se Conhecendo e reconhecendo os produtos alimentícios: alimentos <i>in natura</i> , minimamente processados, processados e ultraprocessados Transição alimentar e nutricional; Promoção da Saúde (PS) e Promoção da Alimentação Saudável (PAS) | 7 horas |
| MÓDULO III — PAS no ambiente escolar DHAA, SAN, PNAE e AS (retomar os conteúdos abordados no módulo II); Legislação vigente sobre promoção da alimentação saudável no ambiente escolar Objetivos e diretrizes para a promoção da alimentação saudável no ambiente escolar | 10 horas |
| MODULO IV — Conceitos da Educação Conceitos básicos da educação para a EAN | 5 horas |
| MÓDULO V — EAN Princípios para as ações de EAN: conceito de EAN; diretrizes da EAN; EAN no contexto do PNAE Planejamento de ações de EAN Objetivos das ações de EAN no ambiente escolar | 10 horas |
| MÓDULO VI — EAN no ambiente escolar (parte 1) Planejamento de ações de EAN (Plano/Projeto/Programa) Estratégias e conteúdo para o planejamento Resgate do valor do alimento Cultura da alimentação Impacto da produção de alimentos no ambiente Influência da mídia na alimentação Hábitos alimentares Sustentabilidade EAN como tema transversal Realização de ações de EAN conforme os ciclos da vida: pressupostos teóricos para a realização de EAN Planejamento de ações de EAN (parte 2): conteúdos e estratégias | 15 horas |
| MÓDULO VII — EAN no ambiente escolar (parte 2) Planejamento de ações de EAN Avaliação e monitoramento Entrega do projeto final da EAN na Wiki | 5 horas |

| | |
|--|-----------------|
| MÓDULO VIII — Fechamento Compreendendo e superando obstáculos para a construção de ações de EAN Envio do trabalho final Avaliação final do curso. | 5 horas |
| Total | 60 horas |

Fonte: BRASIL (2020b).

3 JUSTIFICATIVA

A EAN está fundamentada nas perspectivas da SAN e na promoção da saúde, atuando como grande meio para prevenção e manejo de problemas alimentares e nutricionais da atualidade (BRASIL, 2012). Trata-se de um campo de práticas e conhecimentos que deve ser trabalhado de maneira intersetorial e multidisciplinar.

As ações de EAN no ambiente escolar são essenciais para reforçar e introduzir hábitos saudáveis na vida de crianças e adolescentes. No âmbito do PNAE, os principais responsáveis por essas ações são os nutricionistas responsáveis técnicos do programa e os educadores inseridos no cotidiano da vida dos estudantes.

Nesse sentido, o presente trabalho visa explorar as dificuldades relatadas pelos profissionais da saúde e da educação, no contexto do PNAE, para promover a reflexão e a aproximação dos possíveis manejos favoráveis com vistas à melhoria da qualidade das ações de EAN e, por conseguinte, da qualidade de vida e saúde dos sujeitos destas ações: os estudantes da educação básica pública.

4 OBJETIVO

Analisar os desafios da implementação de ações de EAN no ambiente escolar na perspectiva de nutricionistas e educadores de municípios e Estados de todo o território nacional.

REFERÊNCIAS

- BAGGIO, Maria Aparecida *et al.* Obesidade infantil na percepção de crianças, familiares e profissionais de saúde e de educação. **Texto & Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 30, n. e20190331, p. 1-13, 2021.
<https://www.scielo.br/j/tce/a/mp3T7RYL7xwqt6ZRgfdQDZh/?lang=pt&format=pdf>
- BONDUKI, Manuel; PALOTTI, Pedro. Entre chicotes e cenouras orgânicas: coerção e cooperação na implementação das compras da agricultura familiar no âmbito do PNAE. **DADOS**, Rio de Janeiro, v. 64, n. 4, e20190209, 2021. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/dados/a/q6GDcD393f9BfKKtNH5dYYf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 nov. 2021.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1998. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 1 jan. 2017.
- BRASIL. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. **Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas**. Brasília, 2021. Disponível em: <http://mds.gov.br/caisan-mds/educacao-alimentar-e-nutricional/marco-de-referencia-de-educacao-alimentar-e-nutricional-para-as-politicas-publicas>. Acesso em: 11 nov. 2021.
- BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm. Acesso em: 11 nov. 2021.
- BRASIL. **Medida provisória nº 1.784, de 14 de dezembro de 1998**. Brasília, DF: Presidência da República, 1998. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/antigas/1784.htm. Acesso em: 12 nov. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Alimentação e nutrição**. Brasília, 2017c. Disponível em:
<https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-eixos-de-atuacao/pnae-alimentacao-e-nutricao>. Acesso em: 11. nov. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Histórico**. Brasília, 2017b. Disponível em:
<https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-sobre-o-programa/pnae-historico>. Acesso em: 11 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Resolução nº 06, de 08 de maio de 2020a**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Brasília: MEC, 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-6-de-8-de-maio-de-2020-256309972>. Acesso em: 11 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Cursos EAN**: relatório final. Brasília: MEC, 2020b.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Sobre o PNAE**. Brasília, 2017a. Disponível em: <https://www.fn.de.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-sobre-o-programa/pnae-sobre-o-pnae>. Acesso em: 11. nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. **Promoção da Saúde e da Alimentação Adequada e Saudável**. Brasília, 2021a. Disponível em: <https://aps.saude.gov.br/ape/promocao-saude/educacao>. Acesso em: 11 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2. ed. Brasília: MS, 2014. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf. Acesso em: 11 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia alimentar para crianças brasileiras menores de dois anos**. Brasília: MS, 2019. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/guia_da_crianca_2019.pdf. Acesso em: 11 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição**. Brasília: MS, 2013. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_alimentacao_nutricao.pdf. Acesso em: 11 nov. 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Fome zero**: uma história Brasileira: volume 1. Brasília: MDS, 2010. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Fome%20Zero%20Vol1.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas**. Brasília: MDS, 2012. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca_alimentar/caisan/Publicacao/Educacao_Alimentar_Nutricional/1_marcoEAN.pdf. Acesso em: 11 nov. 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Princípios e práticas para educação alimentar e nutricional**. Brasília: MDS, 2018. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca_alimentar/caisan/Publicaca

o/Educacao_Alimentar_Nutricional/21_Principios_Praticas_para_EAN.pdf. Acesso em: 11 nov. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS. **Resolução CFN nº 465, de 23 de agosto de 2010**. Dispõe sobre as atribuições do Nutricionista, estabelece parâmetros numéricos mínimos de referência no âmbito do Programa de Alimentação Escolar (PAE) e dá outras providências. Brasília: CFN, 2010. Disponível em: https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/resolucoes/res_465_2010.htm. Acesso em: 11 nov. 2021.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR. **Lei de segurança alimentar e nutricional**. Brasília: CONSEA, 2010. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/conferencia/documentos/lei-de-seguranca-alimentar-e-nutricional>. Acesso em: 11 nov. 2021.

ELIAS, Lilian de Pellegrini *et al.* Impactos socioeconômicos do Programa Nacional de Alimentação Escolar na agricultura familiar de Santa Catarina. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 57, n. 2, p. 215-233, 2019. <https://www.scielo.br/j/resr/a/gnWRtbf9XFfBjg7dhqk4rRr/?lang=pt&format=pdf>

FÜHR, Aline Luiza; TRICHES, Rozane Marcia. Qualidade da alimentação escolar a partir da aquisição de produtos da agricultura familiar. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 24, n. 2, p. 113-124, jul./dez. 2017.

MACHADO, Patrícia Maria de Oliveira *et al.* Compra de alimentos da agricultura familiar pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): estudo transversal com o universo de municípios brasileiros. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 23, n. 12, p. 4153-4164, dez 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/QdL4Yswv459pkKsWdvMBqtt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 nov. 2021.

MAGALHÃES, Heloísa Helena Silva Rocha; PORTE, Luciana Helena Maia. Percepção de educadores infantis sobre educação alimentar e nutricional. **Ciência e Educação**, Bauru, v. 25, n. 1, p. 131-144, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/47ktF8tC8vHmskBBYrdHmTJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 nov. 2021.

RAMOS, Flavia Pascoal; SANTOS, Ligia Amparo da Silva; REIS, Amélia Borba Costa. Educação alimentar e nutricional em escolares. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 11, p. 2147-2161, nov. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/YXdL5MRGStSFZsrKJV3FxcT/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 11 nov. 2021.

REDE BRASILEIRA DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO DO ESCOLAR. **Educação Alimentar e Nutricional**. Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://rebrae.com.br/index.php/atuacao-escolar/educacao-alimentar-e-nutricional-1>. Acesso em: 11 nov. 2021.

SANTOS, Priscila Sousa Oliveira dos; CARVALHO, Vivian Carla Honorato dos Santos de. Percepção dos nutricionistas do Programa Nacional de Alimentação

Escolar sobre educação alimentar e nutricional. **Demetra, Alimentação, Nutrição e Saúde**, v. 16, n. e51296, p. 1-15, 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/demetra/article/view/51296/37221>. Acesso em: 11 nov. 2021.

SCARPARO, Ana Luiza Sander. **Crenças sobre o ensino da temática alimentação saudável no ambiente escolar**. 2017. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

SILVA, Simoni Urbano da *et al.* As ações de educação alimentar e nutricional e o nutricionista no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 8, p. 2671-2681, ago. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/K5cbPVhd3tn4gPwQQmYg5km/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 11 nov. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar. **Cartilha do curso planejamento de ações de educação alimentar e nutricional no ambiente escolar**: material de apoio. Porto Alegre: CECANE, 2017.

ARTIGO

DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO AMBIENTE ESCOLAR: PERSPECTIVA DE NUTRICIONISTAS E EDUCADORES

FOOD AND NUTRITION EDUCATION CHALLENGES ON SCHOOL ENVIRONMENT: PERSPECTIVE OF NUTRITIONISTS AND EDUCATORS

Paula Koehler Tombini²

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

Luciana Dias de Oliveira³

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

Marilene Cassel Bueno⁴

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

RESUMO

Introdução: A Educação Alimentar e Nutricional (EAN) está fundamentada nos princípios da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e representa uma estratégia para promoção da saúde no ambiente escolar.

² Graduanda em Nutrição na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: paula_tombini@hotmail.com.

³ Nutricionista. Doutora em Saúde da Criança e do Adolescente. Professora do Curso de Nutrição da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Coordenadora do Centro Colaborador de Alimentação e Nutrição do Escolar da UFRGS.

⁴ Nutricionista. Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Objetivo: Analisar os desafios relacionados à EAN do cotidiano de nutricionistas e educadores em escolas públicas brasileiras.

Métodos: Estudo qualitativo com base em respostas de nutricionistas e profissionais de educação participantes do curso *Planejamento de ações de Educação Alimentar e Nutricional no Ambiente Escolar*, ofertado pelo Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar (CECANE), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a um fórum sobre desafios para aplicação da EAN em escolas. Os dados, referentes a três edições do curso (2018 a 2020), foram analisados seguindo três etapas: pré-análise, exploração do material e interpretação dos depoimentos.

Resultados: As principais dificuldades se concentraram na atuação de nutricionistas. Especificamente, envolveram carga-horária inconsistente com as atividades programadas, número insatisfatório de profissionais em relação ao preconizado pela legislação, demanda extensa e dificuldade de atuação junto aos educadores. Ainda, observaram-se falta de apoio da gestão e de comprometimento dos gestores, falta de recursos humanos e financeiros e problemas relacionados à logística. Por fim, foram encontradas Dificuldades relacionadas ao ambiente alimentar e familiar, além de impactos socioculturais.

Considerações finais: As dificuldades demonstram a necessidade de maior controle das legislações, para que os aspectos estabelecidos sejam a realidade das Entidades Executoras. Por fim, é fundamental o diálogo entre os envolvidos nas ações de EAN no ambiente escolar: nutricionistas, educadores e gestores.

Palavras-chaves: EAN. Ambiente escolar. Educação a distância.

ABSTRACT

Introduction: Food and Nutrition Education (FNE) occurs under the principles of Food and Nutrition Security and the Human Right to Adequate Food and acts as a strategy for health promotion. The school environment is conducive to carrying out EAN actions.

Objective: To analyze the challenges found in the daily lives of nutritionists and educators working in public schools in Brazilian municipalities. **Methods:** Qualitative study based on the responses of nutritionists and education professionals participating

in the course Planning actions on Food and Nutrition Education in the school environment, offered by the Collaborative Center on School Food and Nutrition at the Federal University of Rio Grande do Sul. The responses of a forum on the challenges for carrying out Food and Nutrition Education in the school environment of participants in three editions of the course (2018, 2019, 2020) were analyzed. Data were analyzed following three steps. The analysis techniques performed were firstly the pre-analysis, then the exploration of the material, and finally the interpretation of the statements.

Results: The results showed that the main difficulties found were concerning the performance of nutritionists, more specifically about the workload inconsistent with all scheduled activities, the unsatisfactory number of nutritionists in relation to what is recommended by legislation, the extensive work demand, and the difficulty in working with educators. Also, the difficulty regarding the lack of support from the management that addressed the commitment of managers to FNE, the lack of human and financial resources, and obstacles related to logistics. Finally, the adversities related to the food environment, which includes eating habits, family environment, socioeconomic conditions, and their impacts and sociocultural aspects that include culture, media, and their influences.

Final considerations: The difficulties reported demonstrate the need for greater control of the Program's legislation so that what is recommended by law is in accordance with the reality of the Executing Entities. Finally, there is a need for dialogue between all those involved in FNE actions in the school environment: nutritionists, educators, and managers. The three axes must be in agreement, with the awareness of the difficulties and the needs, to fully realize the FNE.

Keywords: Food and nutrition education. School environment. Distance learning.

INTRODUÇÃO

A Educação Alimentar e Nutricional (EAN) é um campo de conhecimentos e práticas dentro do universo da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Seu objetivo é capacitar as comunidades a terem autonomia e conhecimento para escolher uma alimentação saudável, por

meio de ações permanentes, intersetoriais e transdisciplinares (BRASIL, 2012). Assim, a EAN pode ser aplicada em diversos setores e campos de prática, sendo um deles o meio que engloba a educação.

A EAN no ambiente escolar ocorre no âmbito Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), em concordância com a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que garante a alimentação a todos os estudantes da educação básica e tem como diretriz a inclusão de ações de EAN no cronograma escolar e processo de ensino-aprendizagem (BRASIL, 2009a). Além disso, a Resolução nº 6, de 08 de maio de 2020, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em seu Artigo 5, Inciso 6, garante a presença de ações de EAN no ambiente escolar, referindo-a como diretriz da alimentação escolar (BRASIL, 2020). Assim, o ambiente escolar é propício para que as ações de EAN sejam realizadas de maneira permanente.

Um dos princípios da EAN se refere à intersectorialidade de suas ações, que se caracteriza por trocas e diálogos para uma construção de saberes e práticas, com o objetivo de ampliar perspectivas com os demais setores envolvidos na aplicação dessa estratégia e, assim, obter resultados para melhorar a alimentação e promover qualidade de vida (BRASIL, 2012). Assim, as ações de EAN no ambiente escolar envolvem os setores de gestão, pedagogia, profissionais que preparam as refeições na escola, nutricionistas e produtores agrícolas (BRASIL, 2012).

Logo, o trabalho da EAN no ambiente escolar assume papel fundamental, ocupando espaço estratégico em ações que visam conscientizar e educar sobre hábitos alimentares saudáveis (MAGALHÃES; PORTE, 2019). Entretanto, apesar de essencial, o trabalho intersetorial ainda é um desafio para os profissionais incluídos nesse processo, sobretudo para nutricionistas e educadores.

O educador atua como principal comunicador, ao estar em contato diariamente com os estudantes — que são os principais sujeitos das ações —, e ainda possui elo com os responsáveis pelos alunos e com a coordenação escolar. Considerando a grande importância desse profissional no sucesso das ações de EAN, é necessário conscientizar os educadores para atuarem de forma ativa e participativa nos projetos políticos pedagógicos (MAGALHÃES; PORTE, 2019).

Por seu turno, os profissionais da nutrição atuam como responsáveis técnicos do PNAE e desempenham diversas demandas e obrigações. Conforme Souza *et al.* (2017), o PNAE apresenta complexidades com relação à adequada execução. Ainda, segundo os autores, as obrigações básicas não vêm sendo cumpridas. Isso porque

há número insuficiente de profissionais e excessiva carga-horária; ainda, observam-se problemas de infraestrutura e inexperiência de responsáveis técnicos recém-formados, em conjunto com a carência de educação continuada sobre o tema.

Assim, é necessário que se fomentem reflexões sobre os desafios encontrados pelos profissionais envolvidos na aplicação da EAN, para que sejam expostos e discutidos até que se promovam mudanças com o intuito de melhorar as condições da EAN nas escolas. Essas ações pretendem contribuir para a garantia do DHAA e da SAN e, conseqüentemente, da qualidade de vida e saúde do público-alvo: os estudantes.

Com fundamento nesses aspectos, desde 2017, o Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar (CECANE) promove o curso de capacitação *Planejamento de Ações de Educação Alimentar e Nutricional no Ambiente Escolar*, que visa instrumentalizar os profissionais da área de nutrição e educação inseridos no PNAE para o desenvolvimento de ações de EAN de maneira intersetorial, transdisciplinar e permanente. O curso consiste em 60 horas de formação interdisciplinar, divididas em 8 módulos, com 50% de conteúdo teórico e 50% prático. Os principais conteúdos abordados são conceito, diretrizes, legislações e princípios de EAN, alimentação saudável e suas diretrizes para promoção no ambiente escolar, EAN no contexto do PNAE, objetivos da EAN no ambiente escolar, ciclos da vida e EAN, hábitos alimentares e influência da mídia, definição de alimentos processados e ultraprocessados, cultura alimentar e impacto da produção de alimentos, planejamento, diagnóstico, objetivos, conteúdos estratégias, avaliação e monitoramento das ações de EAN.

Considerando tais aspectos, este artigo tem como propósito analisar as principais dificuldades em relação à execução de ações de EAN no ambiente escolar apontadas por nutricionistas inseridos no PNAE e educadores atuantes em Entidades Executoras (EEx) de municípios brasileiros — visto que o curso abrange todo território nacional.

METODOLOGIA

Este é um estudo qualitativo, que buscou analisar com mais profundidade as percepções dos profissionais sobre a temática abordada (MINAYO, 2007). Os dados deste estudo são oriundos do curso *Planejamento de Ações de Educação Alimentar*

e *Nutricional no Ambiente Escolar*, promovido pela equipe do CECANE, da Universidade do Rio Grande do Sul (UFRGS), em parceria com o FNDE. Trata-se de um curso disponibilizado na modalidade Educação a Distância (EaD), executado na plataforma Moodle Colaboração da UFRGS.

O curso, que ainda é oferecido, é direcionado a nutricionistas e educadores. Os requisitos para inscrição da EEx envolvem a presença de nutricionista responsável técnico ou quadro técnico do PNAE cadastrado no FNDE, garantia de acesso à internet a futuros cursistas e inscrição de dois profissionais por EEx (um nutricionista e um educador com graduação em licenciatura) — esses profissionais devem ter noções básicas de informática e e-mail para realizar o cadastro no curso.

Os participantes são selecionados por meio de edital de Chamada Pública, com vagas distribuídas por todo o território nacional, considerando o número de municípios por Estados e regiões. Para este trabalho, foram analisadas as respostas enviadas a um fórum (com o objetivo de troca de experiências e na importância de cada participantes expor sua opinião) para reflexão intitulado *Compreendendo e Superando Obstáculos para a construção e implementação de ações de EAN*, o qual se propunha a gerar discussão sobre os obstáculos e dificuldades identificados pelos cursistas na construção do planejamento do Programa de EAN, para a sua Entidade Executo, ofertado no último módulo do curso. Foram analisadas as respostas de três edições do curso: 2018, 2019 e 2020, totalizando aproximadamente 420 envios ao fórum.

Para a análise dos dados qualitativos, foram empregadas técnicas de análise de conteúdo com categorias do tipo temática, seguindo as seguintes fases: pré-análise, exploração do material e interpretação dos depoimentos (MINAYO, 2007).

Na primeira fase, foi realizada uma leitura dinâmica de todas as respostas contidas no fórum, incluindo as três edições analisadas. Nesse momento, além da leitura, foram impressas e destacadas as ideias principais de cada resposta. Após, as respostas foram inseridas em um documento no *software* da Microsoft Word e classificadas em categorias. As primeiras categorias encontradas se referiram aos seguintes aspectos relacionados aos desafios da EAN: carga-horária e plano de ensino das escolas, atuação do nutricionista, ambiente familiar, hábito alimentar, condições socioeconômicas, falta de apoio dos gestores, conscientização da comunidade e logística.

Na segunda etapa, foi realizada nova leitura, e as categorias de estudo foram reorganizados, para melhor compreensão das dificuldades encontradas pelos profissionais envolvidos. Foram extraídas as três principais categorias e suas subcategorias ilustradas no Quadro 1. Todas as categorias foram criadas com base nos materiais do Fórum.

Quadro 1 — Categorias e subcategorias de análise

| CATEGORIAS | SUBCATEGORIAS |
|------------------------------------|---|
| Atuação do nutricionista | Carga-horária Número de nutricionistas por município/Estado Demanda de trabalho Trabalho conjunto com educadores |
| Apoio da gestão municipal/estadual | Comprometimento dos gestores com o tema Recursos humanos Recursos financeiros Logística |
| Ambiente alimentar | Hábito alimentar Ambiente familiar Condições socioeconômicas Aspectos socioculturais |

Fonte: Elaborado pela autora.

A sequência dos eixos apresentada no Quadro 1 teve o propósito de organizar um fluxo de raciocínio que auxiliasse a compreensão dos leitores. As presentes categorias têm como finalidade sintetizar as principais dificuldades observadas nas respostas elaboradas pelos cursistas ao longo do fórum a respeito das dificuldades de aplicação da EAN.

Utilizou-se o critério de saturação de respostas da questão central (desafios/dificuldades para EAN), ou seja, a coleta finalizou quando as respostas passaram a se repetir, não trazendo novas informações (FONTANELLA; RICAS; TURATO, 2008). E dessa forma foram incluídos 21 profissionais, sendo 9 educadores e 12 nutricionistas, como demonstra o Quadro 2.

Quadro 2 – Participantes

| NOME FICTÍCIO | PROFISSÃO | REGIÃO/ESTADO | ANO |
|----------------------|-----------------------|----------------------|------------|
| Nutricionista 1 | Nutricionista | Centro-Oeste/MS | 2018 |
| Nutricionista 2 | Nutricionista | Nordeste/BA | 2018 |
| Nutricionista 3 | Nutricionista | Sul/PR | 2019 |
| Educador 1 | Educador | Sudeste/SP | 2019 |
| Nutricionista 4 | Nutricionista | Sudeste/SP | 2019 |
| Nutricionista 5 | Nutricionista | Sul/RS | 2019 |
| Nutricionista 6 | Nutricionista | Sul/SC | 2018 |
| Educador 2 | Pedagogo | Norte/RO | 2019 |
| Educador 3 | Pedagogo | Sudeste/SP | 2018 |
| Educador 4 | Professor de História | Sul/RS | 2019 |
| Nutricionista 7 | Nutricionista | Sul/PR | 2018 |
| Nutricionista 8 | Nutricionista | Sul/RS | 2019 |
| Nutricionista 9 | Nutricionista | Sudeste/SP | 2019 |
| Nutricionista 10 | Nutricionista | Centro-Oeste/GO | 2019 |
| Educador 5 | Educador | Centro-Oeste/GO | 2019 |
| Nutricionista 11 | Nutricionista | Sul/RS | 2020 |
| Educador 6 | Pedagogo | Sudeste/RJ | 2020 |
| Educador 7 | Pedagogo | Sul/PR | 2020 |
| Educador 8 | Professor de Ciências | Sul/RS | 2019 |
| Educador 9 | Curso Normal Superior | Norte/AM | 2020 |
| Nutricionista 12 | Nutricionista | Nordeste/BA | 2018 |

Fonte: Elaborado pela autora.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O presente artigo buscou analisar as dificuldades para aplicação de ações de EAN no ambiente escolar de acordo com a visão dos profissionais de educação presentes diretamente no convívio com os estudantes e de nutricionistas que atuam no PNAE como responsáveis técnicos. A análise dos resultados foi dividida em três seções neste estudo: na primeira seção, abordam-se as dificuldades relacionadas à atuação dos nutricionistas no âmbito do PNAE; na segunda seção, aprofundam-se os desafios de se aplicar a EAN em razão da falta de apoio dos gestores envolvidos no

PNAE; por fim, a terceira e última seção apresenta o ambiente alimentar e seu grande papel na formação de hábitos e comportamentos alimentares.

Atuação do nutricionista

O nutricionista responsável técnico no PNAE apresenta cada vez mais demandas. Nesse âmbito, suas atribuições, segundo a Resolução nº 38, de 16 de julho de 2009, são as seguintes:

coordenar o diagnóstico e o monitoramento do estado nutricional dos estudantes, planejar o cardápio da alimentação escolar de acordo com a cultura alimentar, o perfil epidemiológico da população atendida e a vocação agrícola da região, acompanhando desde a aquisição dos gêneros alimentícios até a produção e distribuição da alimentação, bem como propor e realizar ações de educação alimentar e nutricional nas escolas. (BRASIL, 2009b).

Nos depoimentos coletados a respeito da atuação do nutricionista, os respondentes geralmente comentaram sobre a quantidade de demandas direcionadas a esse profissional e a baixa carga-horária disponível para as atividades. Segundo Resolução do CFN nº 465, de 23 de agosto de 2010, a carga mínima recomendada do responsável técnico é de 30 horas semanais (CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS, 2010). Porém, Corrêa *et al.* (2017) relatam que 45,7% dos nutricionistas têm carga horária inferior ao preconizado na legislação. Na mesma perspectiva, os cursistas trouxeram para o fórum alguns comentários, como o seguinte:

Como implantar atividades de EAN se, na maioria das vezes, o nutricionista utiliza a maior parte da sua carga horária com atividades administrativas? No meu município, pela lei, deveríamos ser quatro nutricionistas pelo quantitativo de alunos. Somos duas... esse é o primeiro desafio: dar conta de todas as atribuições obrigatórias. Acabamos trabalhando para "apagar incêndios"... difícil até conseguir tempo para planejamentos [...] (Nutricionista 1).

Nessa lógica, os cursistas também relataram como grande ponto de dificuldade o número insuficiente de nutricionistas responsáveis técnicos no PNAE. Segundo Chaves *et al.* (2013), o percentual de nutricionistas nos municípios brasileiros e registrados no programa vem crescendo com o passar dos anos; porém, o estudo também apontou que a distribuição dos nutricionistas entre as regiões do País estava desigual: a Região Norte apresentou o menor percentual (59% em 2011),

enquanto a Região Sul apresentou o maior percentual (85% no mesmo ano) de profissionais (CHAVES *et al.*, 2013). Além disso, o estudo de Corrêa *et al.* (2017) demonstrou números insatisfatórios de nutricionistas atuando na maioria dos municípios da Região Sul do Brasil e revelou que esse dado está inadequado em relação à Resolução do CFN nº 465/2010, o que reflete negativamente no cumprimento das atribuições desse profissional no PNAE.

Segundo os parâmetros mínimos definidos pela Resolução CFN nº 465/2010, que indica o número de nutricionistas de acordo com o quantitativo de alunos, para um município com até 500 alunos, é necessário 1 nutricionista responsável técnico com carga horária de 30 horas semanais, já para um quantitativo de alunos superior a 5 mil, as necessidades aumentam, e são necessários 1 nutricionista responsável técnico, 3 profissionais de quadro técnico, além de 1 profissional de quadro técnico a cada fração de 2.500 alunos (CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS, 2010). Desse modo, observa-se uma defasagem na quantidade de nutricionistas que atuam no PNAE, o que influencia diretamente na qualidade do trabalho dos profissionais e no cumprimento das atribuições exigidas pela legislação.

Os cursistas trouxeram reflexões seguindo esse mesmo ponto de vista, como se observa nas transcrições a seguir:

[...] como efetivar e acompanhar de forma contínua ações de EAN, em um universo tão grande de escolas, contando com um quadro insignificante de nutricionistas. (Nutricionista 2).

Inicialmente considero que o número de nutricionistas abaixo das recomendações faz com que as atividades de EAN sejam deixadas de lado, em virtude das inúmeras atividades burocráticas e atribuições estabelecidas para o profissional. (Nutricionista 3).

As ações de EAN, apesar de notavelmente necessárias e essenciais na vida e saúde dos escolares e jovens, apresenta grandes dificuldades para sua implementação. Conforme Silva *et al.* (2018), são fundamentais investimentos governamentais para que haja formulação, implementação e avaliação de ações de EAN. Além disso, os autores apontam que, muitas vezes, as metodologias empregadas durante o processo de ensino e de aprendizagem de EAN não são suficientes para que ocorra impacto real na vida dos sujeitos dessas ações.

O nutricionista que atua no PNAE apresenta diversas demandas e atividades necessárias para cumprir em seu cotidiano de trabalho. Conforme Resolução CFN nº

465/2010, que especifica as 13 atribuições obrigatórias do nutricionista responsável técnico, compete ao nutricionista vinculado ao Programa de Alimentação Escolar (PAE): realizar diagnóstico e acompanhamento do estado nutricional, elaborar cardápios e suas fichas técnicas, realizar ações de EAN, realizar a compra e supervisão da qualidade higiênico-sanitárias dos alimentos, avaliar a aceitação dos cardápios, interagir com agricultores familiares e empreendedores rurais, participar do processo de licitação da compra advinda da agricultura familiar, orientar as atividades de higiene de todas as etapas da produção, elaborar e implementar o manual de boas práticas, elaborar o plano anual de trabalho do PAE e assessorar o Conselho de Alimentação Escolar (CAE) sobre a execução técnica do PAE (CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS, 2010). Essa legislação está, então, em concordância, complementa e especifica a Resolução nº 38/2009 do FNDE.

Em seu estudo, Mello *et al.* (2012) concluíram que, no contexto do PNAE, o nutricionista exerce função de outras áreas de formação, principalmente da educação e administração. Os autores também apontam que, em relação às atribuições obrigatórias desse profissional, deve-se considerar que o quadro insatisfatório de profissionais dificulta a plena execução das atividades (MELLO *et al.*, 2012).

Em conformidade com o exposto, os profissionais participantes do curso também destacam que:

As dificuldades que encontramos para realizar as ações de EAN são diversas. Considero que o número de nutricionistas sempre está abaixo das recomendações [...] isso colabora para que as atividades de EAN sejam deixadas de lado, em virtude das inúmeras atividades burocráticas e atribuições estabelecidas para o profissional. (Educador 1).

A maior dificuldade seria mesmo a quantidade de tarefas a serem desenvolvidas para o número de nutricionistas. A falta de um quadro técnico para realizar as atividades de todas as áreas da nutrição (Nutricionista 4).

No município, sou sozinha para atender a parte burocrática, logística e de atendimento a escolas e alunos. Acredito que a maior dificuldade seja conseguirmos atuar mais especificamente como nutricionistas, atendendo e assessorando diretamente as escolas, na produção, qualidade e realizando ações de educação nutricional com a comunidade escolar [...] precisamos disponibilizar muito tempo na secretaria de educação, organizando questões técnicas e práticas. (Nutricionista 5).

Nessa perspectiva, Mello *et al.* (2012), que tiveram como objetivo em seu estudo analisar o perfil do nutricionista do PNAE da Região Nordeste. Também

relatam em seu estudo a importância da formação de parcerias de trabalho na execução do PNAE, reforçando a necessidade da intersetorialidade do programa. Para os autores, esse aspecto atuaria como facilitador dos nutricionistas, ao realizarem suas obrigações. Ainda, são apresentados exemplos de profissionais para auxiliar no setor de alimentação e na EEx, como técnicos administrativos, técnicos em nutrição e estagiários (MELLO *et al.*, 2012).

Conforme mencionado no *Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional* como um dos nove princípios para as ações de EAN, a realização de ações intersetoriais no PNAE tem como objetivo promover a qualidade da alimentação e da vida dos envolvidos. Assim, é necessário que, durante o processo, ocorram a troca e a formação de conhecimentos coletivos; entre eles, saberes, linguagens e práticas. Ampliam-se, assim, os saberes, e as ações no PNAE podem se tornar mais eficazes e contínuas (BRASIL, 2012).

Em estudo sobre as experiências de nutricionistas realizando atividades de EAN na década de 2000, no município do Rio de Janeiro (RJ), Casemiro *et al.* (2015) apresentaram aspectos semelhantes aos percebidos pelo grupo em questão, ou seja, a intersetorialidade, embora seja um aspecto desafiador, é essencial para a promoção da EAN. Na mesma perspectiva, os participantes do curso relataram a grande dificuldade de se trabalhar em equipe para executar ações de EAN nas escolas, sobretudo em razão da falta de conhecimentos pedagógicos. Na formação dos nutricionistas, o trabalho em conjunto com os educadores é imprescindível:

[...] Creio que a melhor forma de incluirmos as atividades de Educação Nutricional é com o apoio dos professores juntamente com um profissional Nutricionista, pois um completa ao outro. Por exemplo um profissional Nutricionista tem conhecimento técnico, mas não tem tanta noção da parte pedagógica [...] (Nutricionista 6)

Penso que um dos maiores obstáculos a ser enfrentado é ausência de diálogo entre as partes envolvidas no processo EAN, a comunicação e primordial para a qualidade do produto (Educador 2).

O nutricionista sozinho não consegue administrar todas as suas atribuições sem ajuda e sensibilização dos demais atores do programa. [...] exige interdisciplinaridade e diálogo entre os envolvidos (Educador 3).

Pode-se citar como obstáculo para a construção e execução das ações de EAN a falta de [...] apoio por parte dos gestores da educação, no sentido de serem abertos a mudanças de rotina nas escolas, a fornecerem suporte para

que haja modificações reais nos hábitos dos alunos de sua rede. (Educador 4).

Assim, como referido no último depoimento, um assunto muito abordado pelos participantes do curso *Planejamento de Ações de Educação Alimentar e Nutricional no Ambiente Escolar* foi o impacto das atitudes e ações atribuídas aos gestores, desde a conscientização dos envolvidos até a disponibilização de recursos, tanto humanos quanto financeiros. Sob essa perspectiva, o próximo tópico abordará a relação do apoio da gestão municipal e estadual e seu impacto no desenvolvimento do PNAE.

A gestão

Os responsáveis pela execução do PNAE são as EEx, e seus gestores são os governos municipais, estaduais e do Distrito Federal. A gestão ocorre por meio das Secretarias Estaduais e Distrital de Educação, prefeituras e escolas federais. Cabe à EEx — logo, aos seus gestores — responsabilizar-se por todo o processo operacional que envolve a alimentação escolar, ou seja, o controle adequado dos recursos financeiros, a logística, o controle de qualidade dos alimentos adquiridos, a adequada oferta de alimentação aos escolares, a execução de ações de EAN e prestação de contas do PNAE (BRASIL, 2012).

Seguindo o mesmo ponto de vista, Corrêa *et al.* (2017) verificaram em estudo que, para que seja possível o desenvolvimento de todas as atividades preconizadas nas legislações do PNAE, a gestão deve garantir as condições necessárias para a realização do trabalho esperado, por todas as partes envolvidas. Os autores também reforçam como ponto imprescindível o diálogo entre os gestores e o nutricionista, com vistas a expor as atribuições previstas para o profissional da área da nutrição, para que ele adquira pleno conhecimento. Também sugerem a divulgação do trabalho do nutricionista no âmbito do PNAE para toda a comunidade escolar (CORRÊA *et al.*, 2017).

Nesta perspectiva, os participantes do curso *Planejamento de Ações de Educação Alimentar e Nutricional no Ambiente Escolar* abordaram a falta de apoio dos gestores dos municípios, o que, para educadores e nutricionistas, reflete em uma falta de importância, ou seja, não se observa valorização da EAN como também se

verifica falta de abertura para as mudanças necessárias. Ademais, artigo da Revista de Administração Pública (RAP) de 2018 relata os principais problemas causados pela má gestão do PNAE, como o armazenamento inadequado de alimentos, local não propício para alimentação escolar, a falta de nutricionistas e de informações nutricionais nos cardápios (OLIVIERI *et al.*, 2018). Nesse contexto, as dificuldades em questão fragilizam a execução do PNAE, desmotivam os profissionais e, conseqüentemente, enfraquecem a EAN nos municípios. No mesmo âmbito, seguem as reflexões dos participantes:

[...] acho que nosso maior desafio é conscientizar as gestões em relação ao cumprimento das leis/resoluções e envolver e motivar os profissionais diretamente envolvidos com a educação de crianças, jovens e adultos. (Nutricionista 7).

[...] os principais obstáculo encontrados estão relacionados ainda a falta de compreensão da relevância e importância das atividades de EAN como parte efetiva das atribuições do nutricionista que trabalha com alimentação escolar, seja por parte dos gestores como de outros profissionais que compõem a rede de atenção do município. (Nutricionista 8).

Corroborando as reflexões do fórum, em seu estudo, Gabriel *et al.* (2014) referem a inexistência de articulação entre os gestores do PNAE e os profissionais da saúde. Isso se reflete na falta de intersectorialidade das ações, aspecto considerado estratégico para a execução do programa. Os autores também apontaram que, na dimensão político-operacional no âmbito dos recursos, foram citados o quantitativo de profissionais e as condições de trabalho como aspectos a serem aperfeiçoados. Ainda, reforçou-se que, na avaliação final da gestão, 90% dos municípios foram mal avaliados no estudo. Por fim, os autores ressaltam a importância de estimular e alertar os gestores para que haja uma revisão das ações (GABRIEL *et al.*, 2014).

Nesse ponto de vista, é compreensível que, no decorrer do fórum, os participantes relatem como grande dificuldade a falta de recursos tanto humanos quanto financeiros. Tais subsídios são de responsabilidade dos gestores aos participantes, os quais os apontam como fator desmotivador e agente dificultador do cumprimento de obrigações no PNAE.

Assim, Foi relatado ao Fórum a seguinte reflexão sobre a atuação dos gestores:

Como ponto negativo, encontramos a dificuldade em realizar as ações de EAN, a falta de apoio de gestores, a falta de incentivo à equipe que realiza o trabalho e, infelizmente, a falta de importância que gestores e colegas de trabalho tratam a Alimentação Escolar e a EAN. [...] são pontos que temos em comum na maioria dos municípios, e por mais que fazemos cursos, projetos e nos dedicamos, no final não temos o devido apoio nem reconhecimento. (Nutricionista 9).

Nessa perspectiva, um estudo que avaliou a gestão municipal do PAE nas três capitais da Região Sul do Brasil (Florianópolis, Curitiba e Porto Alegre) indicou que a “atuação pedagógica para a alimentação saudável” foi classificada como regular para duas capitais e ruim para a capital do Rio Grande do Sul (RS). Os autores também apontam que o tema alimentação saudável foi abordado nos currículos de duas capitais, porém foi considerado desatualizado. Os autores concluem, então, que, no contexto do PNAE, as políticas de SAN ainda podem ser consideradas desafios. Alguns resultados encontrados são classificados como esperados, porém esse fato não desmerece a necessidade de revisão e qualificação de ações (GABRIEL; GOULART; CALVO, 2015).

Outro ponto abordado pelos participantes do curso *Planejamento de Ações de Educação Alimentar e Nutricional no Ambiente Escolar* se refere à dificuldade logística que ocorre em muitos municípios. Nesse contexto, foram relatadas, como se verifica a seguir, problemáticas de transporte, tanto pelos municípios com muitas unidades quanto por aqueles que abrangem a zona rural, e dificuldades de logísticas para o cumprimento dos cardápios estipulados.

as dificuldades no meu município são de logística por termos muitas unidades, total de 106 unidades, então temos dificuldade de transporte e materiais a serem utilizados. (Nutricionista 10).

Muitas de nossas Unidades Escolares não têm uma estrutura física adequada, o coordenador da merenda de cada Unidade é de uma função diferente [...] a questão de logística é um dos fatores que mais compromete o cumprimento dos cardápios nos dias determinados. (Educador 5).

Dessa forma, as atitudes e os comprometimentos dos gestores envolvidos no PNAE assumem impacto direto na qualidade das ações e da saúde dos estudantes. Como será abordado no próximo tópico, as ações de EAN atingem níveis de mudança de vida muito superiores ao impacto na vida dos alunos, apenas. As ações atuam no ambiente alimentar como um todo.

O ambiente alimentar

Nesta seção, será discutido, de forma mais ampla, como aspectos do ambiente alimentar interferem no êxito das ações de EAN. O ambiente alimentar, segundo Story *et al.* (2008), é descrito como uma estrutura que retrata as múltiplas influências que afetam as escolhas alimentares das pessoas. Assim, os autores dividem em quatro níveis de estudo: 1) fatores individuais: abrangem o estilo de vida, aspectos cognitivos, fatores biológicos e demográficos; 2) ambiente social: engloba a família, os amigos e a comunidade; 3) ambiente físico: compreende a residência, o local de trabalho, a escola, restaurantes e supermercados; 4) ambiente macronível: inclui as normas sociais e culturais, a indústria de alimentos, o marketing e a mídia, políticas de agricultura e alimentos, sistema econômico, sistema de produção e distribuição de alimentos, estruturas políticas e governamentais, programas de assistência alimentar e sistema de saúde (STORY *et al.*, 2008).

Nessa perspectiva, no presente trabalho, as respostas ao fórum que se enquadram na atual categoria foram subdivididas de acordo com os aspectos referentes aos hábitos alimentares, ao ambiente familiar, às condições socioeconômicas e socioculturais.

Assim, para os participantes, entre as maiores dificuldades de se aplicar a EAN no ambiente escolar, encontram-se os hábitos alimentares dos estudantes, que, segundo Story *et al.* (2008), são uma característica individual do ambiente alimentar. Conforme já relatado, os hábitos alimentares, muitas vezes, têm como base alimentos ultraprocessados e não saudáveis.

Segundo o *Guia Alimentar para a População Brasileira*, os alimentos *in natura* (obtidos diretamente de plantas ou animais) ou minimamente processados (alimentos *in natura* que passaram por alterações mínimas) devem compor a base da alimentação (BRASIL, 2014). Apesar disso, os alimentos ultraprocessados têm ganhado mais espaço na alimentação das famílias e nas percepções dos participantes do curso em comento, o que se reflete em um desafio para o êxito das ações de EAN, como se pode observar pelos relatos a seguir:

[...] o problema vai ser levar para fora da escola, para as famílias dos alunos acostumados aos alimentos industrializados e ultraprocessados, o chamado modismo [...] eles consomem muito açúcar, refrigerantes e salgadinhos. (Nutricionista 11).

descobrimos que as crianças não se alimentam melhor por, muitas vezes, não ter acesso a alimentos *in natura* pelo fato de os processados e industrializados serem mais práticos para os pais (Educador 8).

Cabe enfatizar que, em conformidade com o *Guia Alimentar para a População Brasileira*, alimentos ultraprocessados se caracterizam por serem ricos em gorduras e açúcares e por apresentarem alto teor de sódio em sua composição e elevada quantidade de calorias por grama, substâncias que aumentam o risco de obesidade (BRASIL, 2014). Além disso, em razão de não serem onerosos, apresentarem hipersabor e facilidade de serem consumidos em qualquer lugar, os alimentos ultraprocessados estão cada vez mais presentes na conjuntura atual da sociedade.

Logo, foi relatado ao Fórum sobre a necessidade de conscientização de todos os sujeitos envolvidos na comunidade escolar:

[...] Outro desafio é conscientizar as famílias, os professores, alunos, pais, equipe pedagógica e toda comunidade escolar sobre a alimentação adequada e saudável em casa, e conscientizá-los sobre os benefícios da desta para a melhoria da qualidade de vida (Educador 9).

Nessa perspectiva, Almeida *et al.* (2017) concluíram que os participantes do seu estudo apontaram mais facilitadores para o consumo de ultraprocessados do que barreiras para aquisição em suas vizinhanças. Outro aspecto do ambiente alimentar é apontado por Leite *et al.* (2012), que avaliaram o comércio próximo a três escolas públicas de Santos (SP) e verificaram que os pontos de vendas mais próximos às escolas apresentavam majoritariamente alimentos ultraprocessados. Assim, as proximidades de escolas favorecem consumo desses alimentos.

É importante ressaltar que não somente o que é ofertado às crianças tem impacto em suas vidas, mas também como, quando, onde e quem as alimenta. A alimentação chamada de responsiva, em que cabe ao responsável a sensibilidade de entender os sinais da criança e tornar o momento da refeição agradável, deve ser incentivada pela família, por profissionais de saúde e formuladores de políticas públicas em saúde (SILVA; COSTA; GIUGLIANE, 2016). Assim, o ambiente escolar atua como uma ferramenta de auxílio à mudança e formação de hábitos alimentares saudáveis e promoção de saúde. Nessa perspectiva, o ambiente alimentar social, que envolve o papel da escola e dos responsáveis, mostrou-se essencial na formação do hábito alimentar das crianças e adolescentes (ANDRETTA, 2021).

Ainda, o ambiente escolar tem grande importância na formação do senso crítico nos estudantes, inclusive no que se refere a escolhas alimentares, atuando também na promoção da saúde e na prevenção de doenças como a obesidade (BOTELHO; LAMEIRAS, 2018). Em razão desses fatores, é fundamental a conscientização dos atores envolvidos, com participação dos grupos familiares e da escola nesse processo de trabalho sobre EAN, a fim de maximizar a incorporação de hábitos alimentares saudáveis entre os alunos.

Sobre o imprescindível papel das escolas e, conseqüentemente, de professores para abordar a temática, Paixão *et al.* (2021) concluíram que, apesar de os professores se sentirem capacitadas para ensinar sobre alimentação saudável aos seus alunos, essa temática não é abordada no currículo dos cursos de formação para professores do ensino básico (PAIXÃO *et al.*, 2021). Segundo Torres *et al.* (2020), o comportamento alimentar da criança é reflexo do ambiente em que ela está inserida, logo é necessário conscientizar os pais e responsáveis sobre uma alimentação saudável, visto que são influenciadores diretos na alimentação das crianças (TORRES *et al.*, 2020).

Além disso, as condições socioeconômicas da população brasileira interferem nas escolhas alimentares. Nesse sentido, Araújo *et al.* (2020) apontaram que a prevalência de insegurança alimentar está fortemente ligada à qualidade de vida. Esse estudo ainda ressalta a grande diferença social existente no Brasil, que pode ser consequência, também, da grave crise política da atualidade (ARAÚJO *et al.* 2020).

Em nossas reuniões falamos sempre sobre a importância de uma alimentação saudável também fora dos muros da unidade Escolar, no entanto os pais alegam falta de tempo e ou de condições financeiras para balancear a alimentação dos filhos. (Educador 6).

Outro ponto de reflexão analisado no estudo se refere à percepção dos profissionais sobre as condições socioculturais, em que foram inseridos o papel da cultura alimentar, das mídias e suas influências. Nesse sentido, o ambiente alimentar, em seu macronível, como aponta Story (2008), pode influenciar alguns comportamentos alimentares, visto que a cultura, o meio social e o marketing exercem grande interferências sobre as escolhas alimentares das populações, especialmente de crianças que ainda estão desenvolvendo habilidades e conhecimentos, sendo

incapazes de processar todas as informações que recebem de meios como televisão e internet. Isso pode se tornar um desafio para a compreensão da EAN como ferramenta de promoção da saúde, como se observa seguir:

O desafio maior seria ultrapassar os muros da escola, chegar aos pais e comunidades para modificar a cultura consumista de produtos industrializados, enquanto as pessoas não quiserem ter uma boa alimentação o projeto não vai pra frente. (Educador 7).

Alguns pais não apoiam as atividades educativas sobre EAN creio eu porque têm dificuldade em mudar os hábitos alimentares da família ou acham exagero nosso falar em DCNT precocemente ou até pensam que só complicamos a vida deles sugerindo novas preparações e menos industrializados. (Nutricionista 12).

Nesse contexto, o *Guia Alimentar* aborda a relação de impacto cultural que o avanço dos alimentos ultraprocessados reflete na sociedade brasileira. Isso envolve desde as embalagens, similares em todo o mundo, até as campanhas publicitárias, que levam principalmente a população jovem a aumentar seu desejo de consumo, com o objetivo de pertencimento a uma cultura moderna e superior (BRASIL, 2014). Dessa forma, ocorrem a descaracterização de tradições e a perda da identidade cultural alimentar (BRASIL, 2013).

Além disso, no *Guia Alimentar para Crianças Brasileiras Menores de 2 Anos*, são abordadas 12 etapas para uma alimentação saudável, com incentivo à inclusão de alimentos *in natura* ou minimamente processados no cotidiano de crianças com idade superior a 6 meses, oferta de água em vez de sucos e bebidas açucaradas, não oferta de alimentos ultraprocessados para crianças, valorização do momento da refeição para que proporcione experiências positivas, importância de respeitar os sinais de fome e saciedade da criança e, como última etapa, cita-se a necessidade de proteger a criança da publicidade de alimentos. O documento reforça o fato de a criança confundir facilmente a ficção (apresentada em programas de televisão e anúncios) com a realidade, já que ainda não possui desenvolvimento suficiente para julgar e decidir o que absorve de informação, sendo um dever de todos prezar pela exposição mínima da criança (BRASIL, 2019).

Vale ressaltar que a alimentação e a nutrição são áreas de prioridade para políticas públicas na primeira infância (até 6 anos) (BRASIL, 2016). Dessa forma, o PNAE atua como uma política pública para garantia do DHAA e de alimentação saudável aos estudantes, incluindo o consumo de alimentos variados, que respeitem

a cultura e os hábitos alimentares (BRASIL, 2009a). Logo, o PNAE influencia o ambiente alimentar, uma vez que introduz alimentos sazonais e adequados à cultura local para crianças e adolescentes em fase de formação de hábitos. Essas ações permitem o aprendizado e a introdução (ou manutenção) dos hábitos alimentares da escola também em casa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com fundamento em reflexões de educadores e nutricionistas participantes do curso *Planejamento de Ações de Educação Alimentar e Nutricional no Ambiente Escolar*, este artigo buscou analisar as dificuldades de aplicar a EAN no ambiente escolar e demonstrou pontos específicos sobre a atuação do nutricionista no contexto do PNAE.

A partir da análise dos resultados, constatou-se que a implementação da EAN no ambiente escolar ainda encontra desafios e, para solucionar esse impasse, sugere-se a construção de diálogos entre os profissionais envolvidos, com o intuito de que o trabalho intersetorial e permanente ocorra de acordo com a legislação vigente. Além disso, enfatiza-se que a formação dos profissionais é um processo importante para garantir a qualidade das ações de EAN, o que demonstra a relevância do curso em questão para que as ações sejam aperfeiçoadas e ocorram de maneira contínua.

Embora propício para a aplicação das ações de EAN, o ambiente alimentar também encontra diversas barreiras relacionadas a aspectos socioeconômicos, hábitos alimentares e exposição constante das pessoas a alimentos ultraprocessados. Tais fatores reforçam a importância de que a EAN seja executada de modo conjunto, envolvendo toda a comunidade escolar. Ainda, é importante que o PNAE e a EAN estejam em sintonia e concordância com o preconizado pelas legislações, para o melhor funcionamento do programa e de suas ações educacionais. Por fim, para que haja mudança significativa e efetiva da atual situação da EAN no ambiente escolar, são indispensáveis condições adequadas para que os profissionais envolvidos no PNAE cumpram as legislações, assim como são essenciais cursos e capacitações profissionais, além do devido apoio e valorização do trabalho realizado e reflexões sobre a importância do impacto positivo que as ações EAN podem exercer sobre crianças e adolescentes até a vida adulta.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Luara Bellinghausen *et al.* Barriers to and facilitators of ultra-processed food consumption: perceptions of Brazilian adults. **Public Health Nutrition**, [S. l.], v. 21, n. 1, p. 68-76, 2017.

ANDRETTA, Vitória *et al.* Consumo de alimentos ultraprocessados e fatores associados em uma amostra de base escolar pública no Sul do Brasil. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 26, n. 4, p. 1477-1488, abr. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/YGft6xQpPJ9ccQQ9P7NQNHN/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 11 nov. 2021.

ARAÚJO, Melissa Luciana de *et al.* Condições de vida de famílias brasileiras: estimativa da insegurança alimentar. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, v. 37, p. 1-17, e0110, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepop/a/sZBVzPSsRYkT4JQY3XRVLyF/?format=pdf&lang=pt>.

BOTELHO, Goreti; LAMEIRAS, Jorge. Adolescente e obesidade: considerações sobre a importância da educação alimentar. **Acta Portuguesa de Nutrição**, Porto, v. 15, p. 30-35, 2018. Disponível em: http://actaportuguesadenutricao.pt/wp-content/uploads/2019/02/06_ADOLESCENTE-E-OBESIDADE.pdf. Acesso em: 11 nov. 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2009a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm. Acesso em: 11 nov. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016**. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Lei nº 12.662, de 5 de junho de 2012. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13257.htm. Acesso em: 11 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Resolução nº 06, de 08 de maio de 2020**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Brasília: MEC, 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-6-de-8-de-maio-de-2020-256309972>. Acesso em: 11 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Resolução/CD/FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009b**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Brasília: MEC, 2009a. Disponível em: <https://www.fn.de.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/3341-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-38-de-16-de-julho-de-2009#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20atendimento%20da,Nacional%20de%20Alimenta%C3%A7%C3%A3o%20Escolar%20%2D%20PNAE.&text=FUNDAMENTA%C3%87%C3%83O%20LEGAL%3A&text=Lei%20n%C2%BA%2010.172%2C%20de%2009%20de%20janeiro%20de%202001>. Disponível em: 11 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia Alimentar para a População Brasileira**. 2. ed. Brasília: MS, 2014. Disponível em: https://bvsm.sau.de.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf. Acesso em: 11 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia alimentar para crianças brasileiras menores de dois anos**. Brasília: MS, 2019. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/guia_da_crianca_2019.pdf. Acesso em: 11 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição**. Brasília: MS, 2013. Disponível em: https://bvsm.sau.de.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_alimentacao_nutricao.pdf. Acesso em: 11 nov. 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas**. Brasília: MDS, 2012. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca_alimentar/caisan/Publicacao/Educacao_Alimentar_Nutricional/1_marcoEAN.pdf. Acesso em: 11 nov. 2021.

CASEMIRO, Juliana Pereira *et al.* Impasses, desafios e as interfaces da educação alimentar e nutricional como processo de participação popular. **Trabalho Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 13 n. 2, p. 493-514, maio/ago. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/N9xPVvmmprCtJDwG5VNZRqv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 nov. 2021.

CHAVES, Lorena Gonçalves *et al.* Reflexões sobre a atuação do nutricionista no Programa Nacional de Alimentação Escolar no Brasil. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 917-926, abr. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/5MVybpQXBKHG6hyJM3JB5Sg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 nov. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS. **Resolução CFN nº 465, de 23 de agosto de 2010**. Dispõe sobre as atribuições do Nutricionista, estabelece parâmetros numéricos mínimos de referência no âmbito do Programa de Alimentação Escolar (PAE) e dá outras providências. Brasília: CFN, 2010.

Disponível em: https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/resolucoes/res_465_2010.htm. Acesso em: 11 nov. 2021.

CORRÊA, Rafaela da Silveira *et al.* Atuação do nutricionista no Programa Nacional de Alimentação Escolar na Região Sul do Brasil. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 563-574, fev. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/jTVqxrQXHkMqN7wggpxPcn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11. nov. 2021.

FONTANELLA, Bruno José Barcellos; RICAS, Janete; TURATO, Egberto Ribeiro. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 17-27, jan. 2008.

GABRIEL, Cristine Garcia *et al.* Avaliação da gestão municipal do Programa Nacional de Alimentação Escolar nos maiores municípios de Santa Catarina, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 9, p. 2017-2023, set. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/WB6VWPhFXKGjcV78htXxW9S/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 nov. 2021.

GABRIEL, Cristine Garcia; GOULART, Gabriela; CALVO, Maria Cristina Marino. Gestão municipal do Programa Nacional de Alimentação Escolar nas capitais da região Sul do Brasil. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 28, n. 6, p. 667-680, nov./dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rn/a/vqqwvRVDpHk4g58jzzyFcH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 nov. 2021.

LEITE, Fernanda Helena Marrocos *et al.* Oferta de alimentos processados no entorno de escolas públicas em área urbana. **Jornal de Pediatria**, Rio de Janeiro, v. 88, n. 4, p. 328-334, ago. 2012.

MAGALHÃES, Heloísa Helena Silva Rocha; PORTE, Luciana Helena Maia. Percepção de educadores infantis sobre educação alimentar e nutricional. **Ciência e Educação**, Bauru, v. 25, n. 1, p. 131-144, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/47ktF8tC8vHmskBBYrdHmTJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 nov. 2021.

MELLO, Adriana Lima *et al.* Perfil do nutricionista do programa nacional de alimentação escolar na região Nordeste do Brasil. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 25, n. 1, p. 119-132, jan./fev. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rn/a/xgWsbTHCw96PGzRZwvSFvRL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 nov. 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 25. ed. rev. atual. Petrópolis: Vozes, 2007. 108 p.

OLIVIERI, Cecília *et al.* Gestão municipal e corrupção na implementação de programas educacionais federais. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 52, n. 1, p. 169-179, jan./fev. 2018. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rap/a/rFNrTRCLyDcMBCw4XcsYyzR/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 11 nov. 2021.

PAIXÃO, Jairo Antônio da *et al.* Perception of teachers on the role of school in the formation of good eating habit. **Educação: Teoria e Prática**, Rio Claro, v. 31, n. 64, p. 1-16, 2021. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/14697/12104>. Acesso em: 11 nov. 2021.

SILVA, Giselia A. P.; COSTA, Karla A. O.; GIUGLIANI, Elisa R. J. Infant feeding: beyond the nutritional aspects. **Jornal de Pediatria**, Rio de Janeiro, v. 92, n. 3, supl. 1, p. s2-7, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jped/a/H8MdrRDbRRBRLMnNG85Q99Q/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 nov. 2021.

SILVA, Simoni Urbano da *et al.* As ações de educação alimentar e nutricional e o nutricionista no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 8, p. 2671-2681, ago. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/K5cbPVhd3tn4gPwQQmYg5km/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 11 nov. 2021.

SOUZA, Anelise Andrade de *et al.* Atuação de nutricionistas responsáveis técnicos pela alimentação escolar de municípios de Minas Gerais e Espírito Santo. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 593-606, fev. 2017. Disponível em: <https://scielosp.org/pdf/csc/2017.v22n2/593-606/pt>. Acesso em: 11 nov. 2021.

STORY, Mary *et al.* Creating healthy food and eating environments: policy and environmental approaches. **Annual Review of Public Health**, [S. l.], v. 29, p. 253-272, 2008.

TORRES, Beatriz Lainy Penha Marques *et al.* Reflexões sobre fatores determinantes dos hábitos alimentares na infância. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 6, n. 9, p. 66267-66277, sep. 2020.